

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI - RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Suzano Sub-região Leste

Data: 09 de junho de 2016

Local: Câmara Municipal de Suzano

Rua: Paraná, 70 - Jardim Paulista

Horário: 19h00

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes Presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Márcio Campos - Secretário de Obras de Suzano

Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat) - Audrey Rodrigues

Emplasa

Claudia Leite

Caroline Gonzales

Luiz Carlos de Souza

Sociedade Civil

Ver lista de presença

Abertura

O plenário da Câmara Municipal de Suzano recebeu no dia 09 de junho de 2016 a sexta audiência municipal de mobilização da Sub-região Leste da Região Metropolitana de São Paulo. Com quase uma centena de participantes – entre funcionários da prefeitura e sociedade civil -, o evento levou técnicos da Emplasa para esclarecer dúvidas sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) como instrumento de planejamento definido pelo Estatuto da Metrópole para as regiões metropolitanas (Lei federal nº 13.089/2015).

Foi formada uma mesa diretora com as presenças de Márcio Campos, secretário de Obras de Suzano, representando o prefeito da cidade, Paulo Fumio Tokuzumi; Audrey Rodrigues, secretário-executivo do Consórcio de Desenvolvimento do Alto Tietê (Condemat); e Cláudia Leite, técnica da Emplasa, e os trabalhos foram iniciados.

Depois de breve introdução de Audrey Rodrigues, que agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância da participação da comunidade, lembrando que “o objetivo dos municípios do Alto Tietê é permanecer unidos para bem se fazer representar no PDUI da RMSP”, o secretário Márcio Campos desejou à plateia um “trabalho profícuo para a região”.

Em seguida, a técnica Cláudia Leite tomou a palavra e apresentou o filme institucional do PDUI, a fim de introduzir e ilustrar os conceitos do tema em questão.

Apresentação Emplasa

- **Estatuto da Metrópole**
- **O que é o PDUI**
- **Processo de elaboração do PDUI**
- **Processo participativo e constituição da Instância Deliberativa para aprovação do PDUI**

Claudia Leite chamou a atenção para o fato de aquela ser uma audiência de mobilização e informação e apresentou vários mapas que mostravam características da mancha urbana da RMSP, citando o anel de precariedades que cerca a capital.

Discorrendo sobre o Estatuto da Metrópole, a técnica destacou que os grandes desafios na construção do PDUI deverão ser o consenso sobre as funções públicas de interesse comum e a governança interfederativa. “O PDUI deverá ainda ser aprovado na Assembleia Legislativa do Estado e terá de ser renovado a cada dez anos”, afirmou.

Comentou, de forma resumida, o processo de elaboração do PDUI e sua estrutura – Conselho, Comitê Executivo, Comissão Técnica e Grupos de Trabalho temáticos – reforçando que o papel da Emplasa será oferecer a secretaria executiva, diagnósticos, pareceres técnicos e a relatoria do processo.

Apresentou aos presentes a plataforma digital, criada pela Emplasa, para receber propostas agrupadas por temas e salientou a importância desta ferramenta para democratizá-las. Lembrou que, além das 39 audiências de mobilização em curso na RMSP, ainda vão acontecer oficinas de trabalho (uma em cada sub-região) e audiências regionais, até que se chegue à instância deliberativa final, com participação da sociedade civil, de empresários, trabalhadores, universidades e todos os segmentos.

As explicações foram encerradas e o debate público foi aberto, com perguntas sobre compatibilização entre planos diretores municipais e agenda regional, entre outras. A Emplasa distribuiu no evento a Cartilha do Cidadão Metropolitano e o folder com esclarecimentos sobre o PDUI a todos os presentes.

Após a apresentação da Emplasa, foi aberto espaço para perguntas.

Debate

Pergunta do auditório - Pergunta se, para participar do PDUI, o plano diretor tem que estar aprovado.

Claudia - Diz que não necessariamente. Como o PDUI tem três anos para ser compatibilizado com os Planos Diretores, este tempo é até facilitador e mobilizador para os planos diretores que terão esse tempo para se adequarem e serem aprovados pelos municípios.

Caroline - Reforça que o Plano vai considerar todas as proposta enviadas tanto pelo poder público como as da sociedade civil e ainda recolher as contribuições dos participantes das oficinas e das audiências públicas sub-regionais.

Pergunta do auditório - Pontua que os estudos sobre a região metropolitana sofrem muitas interferências porque os municípios possuem realidades distintas e quando se chega nas divisas municipais essas realidades aparecem. Pergunta se a Emplasa já tem organizados grupos de trabalho por temas específicos e, se quando aparecerem os problemas das divisas municipais, esses grupos vão analisar e propor soluções?

Andrey - Responde que os grupos de trabalho foram definidos pela Emplasa, organizados pelo Comitê Técnico e depois aprovados pelo Comitê Executivo, conforme já passado para vocês. No site do PDUI tem a agenda, onde todos podem acompanhar as reuniões e as pautas a serem discutidas, porém esses problemas também podem ser encaminhados como propostas na plataforma PDUI.

Pergunta do auditório - Diz que é técnico da prefeitura e quer saber como a Emplasa e o PDUI estão tratando a questão agrícola, não só para Suzano, mas para os 39 municípios?

Claudia - Lembra que o plano está tendo muita consideração com a produção agrícola dos municípios metropolitanos. Da mesma maneira que foi feito no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE), que resgatou áreas agrícolas que já não eram nomeadas mais como rurais, o PDUI também pode fazer dessa forma e estamos muito atentos a essa questão.

Gerson - Destaque que Suzano possui 80% de sua área inserida na Lei de Proteção e Preservação dos Mananciais e os outros 20% abriga a maior parte de sua área urbana. Nos últimos tempos, por abrigar a alça de acesso do Rodoanel, Suzano vê seu tráfego se multiplicar e seu sistema viário, que já não era dos melhores, ficou excessivamente complicado porque recebe o tráfego dos municípios vizinhos: Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e Poá. Essas cidades usam o território de Suzano para acessarem a alça do Rodoanel. Pergunta, em primeiro lugar, se serão estabelecidas as diretrizes para melhorar o sistema de mobilidade com todos esses nós no caótico trânsito e, em segundo lugar, se a Área de Proteção e Preservação dos Mananciais

dá direito ao município de solicitar que a área seja contrária a expansão da questão habitacional?

Claudia - Diz que na organização do PDUI foram criados grupos específicos sobre esses temas. O tema mobilidade urbana está sendo tratado por especialistas no assunto. O tema de expansão urbana também está sendo tratado dentro do Plano como algo de extrema importância e deve traçar alternativas e mostrar novos caminhos que sejam mais compatíveis com o território frágil das Áreas de Proteção e Preservação de Mananciais.

Pergunta do auditório - Com relação aos resíduos sólidos, que ocorre em quase todas as cidades, incluindo Suzano, pergunta se essa questão regional será tratada no PDUI?

Claudia - Responde que para a Emplasa esse é assunto de interesse metropolitano. A RMSSP precisa de seu plano de resíduos sólidos. Há um tempo atrás houve um esforço da Emplasa nesse sentido. Houve avanços por parte do Condemat, há o apoio da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e há abertura para sugestões. Apontou a relevância do tema, que é um problema que a região metropolitana enfrenta há tempos, que será abordado no PDUI, mas não sabe dizer o quanto será aprofundado e se apontará possíveis arranjos.

Cel. Ferreira - Coloca que, diferente desse sistema que acabou de ser abordado, as cinco sub-regiões são regiões de proteção ambiental, sendo a de Suzano a maior em extensão territorial. A cidade também é fornecedora da água da capital. Ocorre que nos últimos quinze anos, Suzano tem recebido uma quantidade incalculável de lixo, lama e esgoto. Diz que acredita que o PDUI venha para resolver esses problemas, pois não há fiscalização para as empresas que depositam esses resíduos.

Claudia - Concorde que é um problema que deva ser tratado no PDUI, que será um grande desafio, que deve haver um esforço conjunto, tanto para a elaboração desse plano como também para pensar na transformação da governança.

Ademilson - É presidente Associação dos Corretores de Imóveis de Suzano e complementa dizendo que o coronel Ferreira foi muito feliz em sua colocação e chama a atenção para o cidadão que simplesmente ocupa uma área sem autorização da prefeitura. A prefeitura, por sua vez, fiscaliza, aplica multa, mas não tem poder de polícia para as devidas punições. Pergunta, então, de que forma o PDUI pode interferir junto ao Ministério Público frente a essas ações populares?

Claudia - Pensa que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) vai ser mais um instrumento de apoio para a denúncia, para que o Ministério Público tente conter esse tipo de ocupação.

Pergunta do auditório - A questão é que quanto maior a integração do Estado, municípios e governo federal mais fortalecidos os municípios ficarão para fiscalizar e inibir o crescimento desses atos criminosos. Disse ainda que tem conhecimento de

ações positivas nesse sentido por parte do Conselho Regional de Engenharia, Conselho de Arquitetura, Conselho de Corretores, Creci, CREA e Acoris.

Ademilson - Diz que a questão não foi respondida e pergunta se o PDUI pode enviar alguma notificação para o Ministério Público. Retoma o debate dizendo que a prefeitura fiscaliza, multa, mas que para inibir estas ações ilegais, é necessário o poder de polícia, que depende do Ministério Público. Ademilson questiona se o PDUI terá essa força de interferir junto ao Ministério Público?

Claudia - Reafirma que não, que o PDUI é um instrumento para auxiliar o município a definir a adequação das áreas para determinadas ocupações e se uma área está sendo ocupada de maneira nociva ao meio ambiente, por exemplo.

Ademilson - Pergunta se o órgão é fiscalizador, no caso o Ministério Público, pode se utilizar do PDUI para executar um eventual processo?

Claudia - Diz que o plano diretor é mais efetivo, uma vez que o município possui a competência para legislar sobre o uso e ocupação do solo, e que o PDUI é complementar.

Pergunta do auditório - Coloca que pode se [entregar] isso para o Condemat, e, via prefeitos, tentar fazer alguma carta que sensibilize o Ministério Público para que utilize os instrumentos existentes. Nesse sentido, o PDUI pode contribuir para que essa ação seja mais efetiva no sentido de coibir a ocupação. O PDUI contribui quando se começa regular o solo, cria diretrizes de ocupação de forma regional, então, nesse sentido ele contribui. Porém, na ação efetiva do poder de polícia, talvez com o Condemat, via prefeitos, a ação seja mais efetiva.

Ademilson - Observa que já foi discutida na Câmara Técnica de Habitação a questão da incidência dos loteamentos/ocupações irregulares e a fiscalização mais efetiva. Ocorre que, ao retirar-se uma ocupação de um município ou uma localidade, esse loteamento se instala em outro município e fica por isso mesmo. Esta é a ocasião para se propor ideias, resgatar projetos existentes e mobilização para que evitar essas ocorrências.

Pergunta do auditório - As ações do PDUI serão subsidiadas pelo governo estadual ou federal?

Claudia - O PDUI vai apontar programas, projetos e ações e deve haver um esforço para eleger prioridades. Por exemplo, a Secretaria dos Transportes tem um plano e uma proposta no que se refere ao plano de mobilidade. O PDUI tem que analisar complementações, prioridades, pensar nos financiamentos e apontar ações, de modo que este plano não fique apenas no papel.

Sem mais perguntas, a mesa agradece a presença de todos e encerra a audiência de mobilização do município.